

ATA N. 558/2021 – REUNIÃO EXTRAORDIÁRIA POR VIDEOCONFERÊNCIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte um, das 19h às 21, por videoconferência, através do link <https://us02web.zoom.us/j/84541681801?pwd=RUZteUZDeTljeXBtWFRoUTItTnFkQT09>, ID da reunião: 845 4168 1801 e senha de acesso: 651056, assembleia foi realizada por Videoconferência pela Plataforma ZOOM, 100% online, em razão das disposições contidas no Decreto Estadual n. 55.764, de 20 de fevereiro de 2021, que estabelece medidas extraordinárias para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do RS; da piora dos indicadores que determinam a classificação das bandeiras do modelo de Distanciamento Controlado no Estado e o agravamento da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19) e do Decreto Estadual n. 55.771, de 26 de fevereiro de 2021, que determina, em caráter extraordinário e temporário, a aplicação, no âmbito do Estado, de medidas sanitárias segmentadas referentes à Bandeira Preta. Para realização da assembleia foram cumpridas as normas estabelecidas no Estatuto Social da Fundação. Reuniram-se 59 (cinquenta e nove) participantes, sendo 42 (quarenta e dois) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, listados em anexo; Aline Carraro Portanova – Presidente da Fundação; Viviane Rosa Clavijo – Vice-Presidente; Amarildo Maciel Martins – Diretor Jurídico; Danielle Barcos Nunes – Diretora Financeira; Joice Pavék Figueiró – Diretora de Obras e Patrimônio; Márcia Gomes – Diretora de Comunicação; Márcia Elisa Valiati – Diretora Pedagógica; Rosane Dias Rodriguez – Vice-Diretora Pedagógica; Adriana Pandolfo Goytacaz – Gerente Administrativo-Financeira; Cristiano Hamann – Psicólogo Institucional; Carina Moresco e Giovani Perdomini – Comitê de Infraestrutura; Larissa Neumann, Vitor Zanon e Stella Ziliotto Farias – Grêmio Estudantil do João XXIII; Rosângela Arndt Gomes Dresch e Tatiana Ribeiro Teixeira – Secretária da Fundação. A Presidente informou que a reunião não tem caráter deliberativo e que será apresentado, em pauta única, o **Projeto de uma Usina Fotovoltaica para o Colégio João XXIII**, elaborado pelo Comitê de Infraestrutura, para discutir o tema e oportunizar a coleta de contribuições e de sugestões dos presentes, a fim de enriquecer esse trabalho de forma coletiva. Passou a palavra para a Diretora de Obras e Patrimônio, coordenadora do Comitê de Infraestrutura, para apresentação dos estudos realizados na busca de uma solução para a instalação de uma usina de energia solar no Colégio João XXIII. Iniciou apresentando os integrantes do grupo que fizeram parte desse estudo: Adriana Pandolfo Goytacaz, Ângelo Oliari, Carina Rodrigues Moresco, Charles Prado Nogueira, Danielle Barcos Nunes, Éder Dorneles Stedill, Giovani Perdomini, Jarir Abdel Hamid Mustafa, Joice Pavék Figueiró, José Carlos M. da Conceição, Melissa Klein de Abreu e Odila Maria W. dos Santos, que coordenou o Comitê de Infraestrutura até 31 de março de 2021. Foi apresentado o histórico do estudo: em 2017, foi dado início aos estudos, mas os altos valores e o baixo rendimento dos equipamentos desmotivaram o seguimento do projeto; em 2018, foram realizadas mais algumas tentativas de avaliar as possibilidades e realizados alguns orçamentos, mas só, em 2020, com a evolução dos equipamentos, a popularização dos sistemas e os incentivos governamentais, o projeto se tornou viável para o colégio e os estudos foram retomados. Apresentou, em um vídeo explicativo, o que é uma Usina Fotovoltaica e como se dá o seu funcionamento. Citou como vantagens da instalação de uma usina de energia solar: a) sustentabilidade - pois usa uma fonte de energia renovável; b) alta viabilidade/insolação - devido à localização do Colégio; c) alta durabilidade do sistema - cerca de 25 anos; d) baixa necessidade de manutenção; e) economia financeira - em função da redução do valor pago à concessionária de energia elétrica e f) possibilidade de extensão do sistema (se necessária). Entre as desvantagens, citou: a) produção de energia varia de acordo com a situação climática e a época do ano; b) não há produção de energia durante a noite e c) alto custo dos equipamentos. Apresentou os parâmetros do sistema do Colégio, baseados nos dados dos gastos com energia realizados no ano de 2019, representando uma fatura média mensal de energia de R\$ R\$ 19.324,89. Salientou que, em 2020, os gastos com energia foram atípicos devido à pandemia. Destacou que foram escolhidos para instalação das placas solares os telhados do ginásio, da cantina e dos prédios 3, 4 e 9, em função de possuírem as melhores estruturas de sustentação e insolação. A estimativa é de instalar entre 370 a 400 placas nesses prédios. O cronograma previsto pelo Comitê de Infraestrutura é: em julho, encaminhar o projeto para aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberante; em agosto, divulgar o edital para seleção e realizar a contratação da empresa; entre setembro e dezembro de 2021, iniciar as etapas de instalação do sistema, aproveitando os finais de semana e os feriados e entre janeiro e fevereiro de 2022, aproveitando o período de férias escolares, concluir a instalação da usina. Comentou sobre o prazo de garantia das placas (10 a 12 anos) e dos inversores (5 a 10 anos) e sobre a vida útil das placas (25 anos) e dos inversores (15 anos). O Conselheiro José Carlos M. da Conceição apresentou o comparativo de custos das propostas das 4 (quatro) empresas consultadas: STUDIOEFFI (R\$ 703.147,50); ELYSIA (R\$ 714.000,00); HCC (R\$ 713.478,68) e SOLLED (R\$ 593.451,05), com detalhamento do custo do projeto e dos custos específicos estimados em cada proposta apresentada. Destacou que o orçamento inclui ainda qualquer melhoria necessária para instalação das placas, como reforço estrutural mais o sistema de proteção de entrada na subestação, que a concessionária exige. Esclareceu que sempre deverá ser paga para a concessionária a demanda contratada, ou seja, a taxa mínima (R\$ 3.610,00); que o consumo a mais que não for suprido pela usina, também, deverá ser pago (em torno de R\$6.000,00) e que, pelos cálculos realizados, a conta mensal ficaria em torno de R\$9.660,00, aproximadamente. Destacou que o consumo real pode variar, pois depende das atividades do colégio após a pandemia. Apresentou um cálculo médio da conta atual de energia (R\$ 19.324,89), a projeção da nova conta (R\$ 10.045,33 - estimativa feita pela empresa Solled Energia) e a estimativa de economia mensal (R\$ 9.279,55). Salientou que estão sendo estudadas as possibilidades de custeio do projeto pela Diretoria Financeira e Gerência Administrativo-Financeira, que existem linhas de crédito bancárias mais vantajosas para projetos de sustentabilidade e que há a possibilidade do autofinanciamento, utilizando parte do Fundo de Sustentabilidade. Esclareceu que as usinas orçadas pelas empresas contatadas deverão atender de 64% a 86% da demanda do Colégio, o restante será utilizado da concessionária. Entretanto, salientou que a usina poderá ser ampliada, à medida que forem reformados os telhados com boa radiação solar. Sobre a manutenção da usina, foi esclarecido que o sistema não demanda grandes manutenções, podendo ser feita internamente pela equipe de manutenção, duas vezes por ano. O monitoramento da usina é feito on-line, através de aplicativo fornecido pelas empresas. Ao final, apresentou os próximos passos definidos pelo Comitê de Infraestrutura: a) definição da fonte de recursos (Financeiro); b) aprovação no Conselho Deliberante; c) criação do memorial descritivo do projeto (Comitê de Infraestrutura); d) criação e publicação da carta convite (Jurídico); e) escolha da empresa e f) acompanhamento da execução do projeto. Informou que foi criado um Grupo de Trabalho para discutir a continuidade do Fundo de Sustentabilidade e para apresentar um estudo ao Conselho Deliberante com as possibilidades para o uso dessa verba em projetos específicos, bem como o regramento para a reposição dos valores utilizados. Esse estudo deverá ser apresentado na reunião Ordinária do dia 13 de julho de 2021, quando

será colocado em votação a aprovação do Projeto da Usina Fotovoltaica para o Colégio João XXIII. Foi aberto espaço para discussão do tema e coleta de sugestões. A Diretoria, a Diretora de Obras e Patrimônio e os integrantes do Comitê de Infraestrutura presentes esclareceram os pontos levantados na assembleia: a) quanto ao tempo longo de instalação do projeto – nas residências o tempo é menor, mas na Escola é maior em função do tamanho da usina; das limitações do Pedagógico, devido às atividades letivas; das adaptações necessárias no sistema elétrico; dos reforços necessários antes da instalação das placas e do tempo necessário para empresa encomendar as placas e o sistema de conversores depois da assinatura do contrato; b) quanto ao valor da franquia – a entrada de energia elétrica na escola é de alta tensão e não residencial; as placas vão cobrir a economia da energia, mas não a franquia comercial, que é mais alta, e a economia média será gerada no sistema de créditos e débitos; c) quanto à manutenção e reposição de equipamentos – as placas exigem uma limpeza, duas vezes ao ano, que será realizada pela equipe interna de manutenção; não há a ocorrência de problemas devido às intempéries do clima, conforme informação das empresas; d) quanto ao retorno do investimento – o projeto se pagará com o retorno da economia de energia elétrica gerada pela usina; a capacidade de geração de energia do sistema poderá ser aumentada com a ampliação dos espaços para instalação de novas placas; e) quanto ao impacto do custo do projeto – no caso de pagamento com financiamento externo, as taxas de juros são mais altas do que as taxas dos rendimentos dos valores aplicados no Fundo de Sustentabilidade, mas de qualquer forma não vai onerar as mensalidades escolares, pois o investimento se pagará com o valor da economia de energia gerada; devido à perspectiva de aumento da energia elétrica, com a privatização da Eletrobrás, foi destacado que esse é o momento propício para a Escola fazer esse investimento, pois gerará uma economia aproximada de R\$ 120.000,00/ano; o saldo do Fundo de Sustentabilidade está em torno de 3.000.000,00 e o custo do projeto é de R\$ 600.000,00; o pagamento será realizado parte durante a obra, parte na finalização e o resíduo após o término da obra; a conta de energia elétrica, hoje, é de R\$ 20.000,00 e serão pagos os mesmos R\$ 20.000,00, sendo R\$ 10.000,00 para a CEEE e R\$ 10.000,00 para pagar o investimento, mensalmente; f) quanto à participação do Pedagógico – a proposta é que a Diretoria Pedagógica possa trabalhar em conjunto no projeto, possibilitando a exploração do tema pelos professores dos diversos anos/séries. A Diretora Financeira esclareceu que foram adotados reajustes escalonados adequando ao custo efetivo de cada etapa, nos últimos 2 anos, para não onerar as famílias. Esse projeto de economia de energia ficará de legado, além da sustentabilidade que ele proporcionará para a Escola. A Diretora Pedagógica falou da importância de ver nos espaços de convivência e na estrutura da Escola esse cuidado com o ambiente escolar. Salientou que esse Conselho Deliberante e Diretoria Executiva podem contar com a equipe Pedagógica para, em conjunto, educar as crianças e os jovens desta Escola numa cultura consciente e responsável. **Encaminhamento:** a Diretora de Obras e Patrimônio encerrou a apresentação informando que o Projeto de Energia Solar será trazido à pauta deste Conselho, em julho, com o detalhamento financeiro para apreciação. Agradeceu a presença de todos e convidou aos interessados no tema para participarem das reuniões do Comitê de Infraestrutura que ocorrem nas quintas-feiras, às 17h. O contato poderá ser realizado com a Secretaria da Fundação para obtenção do link de acesso à reunião. Nada mais a tratar, a Presidente encerrou a reunião.

Aline Carraro Portanova
Presidente

Rosângela Arndt Gomes Dresch
Secretária da Fundação